



“Saboreai e vede
Como o senhor é bom”



Solenidade de Todos os Santos

Padre Lourenço Lino

Primeira Leitura: Apocalipse 7, 2-4.9-14

Salmo: 23 (24), 1-2.3-4ab.5-6 (R. cf. 6)

Segunda Leitura: 1 João 3, 1-3

Evangelho: Mateus 5, 1-12a

I.

A Igreja dedica o mês de Novembro à meditação das realidades definitivas e escatológicas. No seu estilo catequético, convida-nos a meditar sobre os «Novíssimos do Homem», isto é, as realidades últimas: morte, juízo, inferno e paraíso. Recordamos que todos morreremos – excepto «os que ficarem para a vinda do Senhor» (cf. 1Ts 4, 15; 1Cor 15, 51) – e que, depois da morte, «tem lugar o julgamento» (cf. Hb 9, 27), o juízo sobre a nossa vida à luz de Deus. Nesse momento de trânsito deste mundo para a eternidade, seremos eternamente bem-aventurados no Céu – mesmo que antes nos seja necessária a purificação do purgatório – ou para sempre separados de Deus no inferno.

O pórtico pelo qual entramos neste mês é a grande Solenidade de Todos os Santos. Começamos por olhar para o paraíso e para aqueles que já o alcançaram. Celebrando todos os que já alcançaram a perfeita santidade, recordamos a nós mesmos de que todos somos chamados à mesma meta.

Vale a pena determo-nos nesta palavra: «santo». A palavra traduz o hebraico *qādōš* e o grego *hágios*; alude a algo que é «separado», «retirado». Refere-se à consagração das coisas a Deus, fazendo-as assim habitar a esfera do que é divino e que serve exclusivamente o Senhor. Na Escritura, assim como no uso da Igreja, vemos como as coisas consagradas a Deus, como o templo ou outros objectos de culto, não podem servir nenhum outro fim. É também isso que explica porque é que, muitas vezes, o desejo de oferecer a Deus requeria a destruição do que era oferecido, para que não fosse útil ao homem, mas apenas consumido nessa forma de culto ao Senhor – como as vítimas animais ou as oblações que se ofereciam, segundo muitos preceitos, no culto sacerdotal do templo.

Assim, tudo o que é «santo» é, na verdade, «santificado», transferido, e desse modo oferecido; só Deus é santo pela sua própria natureza, e por isso Ele é a única fonte de santidade. De facto, na Missa deste dia festivo, louvando a Jesus Cristo, dizemos no *Gloria*: «só Vós sois o Santo». Parece paradoxal celebrar uma multidão de santos e exclamar que só Deus é santo; mas, na verdade, assim é. Só Deus é santo; tudo o mais é santificado, tornado seu, preenchido pela sua graça e admitido à sua glória.

II.

A primeira leitura, do livro do Apocalipse, oferece um retrato dessa glória divina onde se encontram os plenamente santificados.

Numa primeira narração, São João refere uma ordem de um Anjo a outros quatro espíritos «a quem foi dado o poder de causar dano à terra e ao mar», para que retardem a sua acção «até que tenhamos marcado na fronte os servos do nosso Deus». Vindo do Nascente, lugar da vitória do Sol sobre as trevas, símbolo de Cristo e da vida divina, este Anjo detém as tribulações para antes assinalar «cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos de Israel».

Esta passagem tem uma evidente relação com outra que encontramos no Antigo Testamento. Lemos no livro de Ezequiel: «O Senhor chamou o homem que estava vestido de branco e tinha à cintura os apetrechos de escriba. O Senhor disse-lhe: “Vai pela cidade, atravessa Jerusalém e marca uma cruz na fronte dos homens que gemem e se lamentam por causa das abominações que nela se praticam”» (9, 3-4). Depois desta instrução, o Senhor ordena a seis homens que levam instrumentos de destruição o castigo sobre a cidade de Jerusalém e seus habitantes (cf. vv. 1-2 e 5 em diante).

O selo ou sinal com que são marcados os eleitos não é um «salvo-conduto» que os exime das tribulações. Mas traduz uma pertença, uma cidadania superior; estes são conduzidos, através dos sofrimentos, a viver a mesma Páscoa de Cristo, coroada pela glória da ressurreição. Com São Paulo, podemos dizer que foram já «transferidos para o Reino do Filho», para «tomar parte na herança dos santos na luz» (cf. Cl 1, 12-13).

É-nos dada uma curiosa contabilização dos assinalados: «cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos dos filhos de Israel». A tradição exegética tem notado como este número simbólico se obtém do produto de 12 por 12 por 1000, sendo legítimo interpretá-lo como combinação das doze tribos de Israel – povo constituído por Deus no Antigo Testamento – com os doze Apóstolos – povo constituído por Jesus no Novo Testamento –, multiplicados por mil, número que sugere a grande escala e universalidade deste grupo.

Assim somos nós, Igreja militante e ainda peregrina. Somos muitos, de um povo universal, selados com a marca de Cristo, membros do seu Corpo místico fundado sobre os Apóstolos. Mas também sabemos que, embora neste mundo e sujeitos, como todos os homens, a perigos e tribulações, somos pertença de um Reino que «não é daqui» (cf. Jo 18, 36). Consagrados pelo amor do Pai com o nome de «filhos de Deus», como lemos na segunda leitura, reconhecemos que, «se o mundo não nos conhece, é porque não O conheceu a Ele». No mundo presente «não temos cidade permanente» (Hb 13, 14), uma vez que pelo Baptismo nos tornámos «concidadãos dos santos e membros da família de Deus» (Ef 2, 19).

Continuemos a visão da primeira leitura.

Aos cento e quarenta e quatro mil, sucede-se um outro grupo numeroso: «Vi uma multidão imensa, que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas. Estavam de pé, diante do trono e na presença do Cordeiro, vestidos com túnicas brancas e de palmas na mão.» Eis a imensa multidão dos santos que já triunfam no Céu. Apresentam-se «de pé» e «de palmas na mão», sinais da sua vitória. Estão diante do «trono» de Deus e do «Cordeiro», Jesus Cristo, e envergam «túnicas brancas». Como explica o Ancião que dialoga com o vidente, «são os que vieram da grande tribulação, os que lavaram as túnicas e as branquearam no sangue do Cordeiro». A alvura das suas túnicas é alcançada pelo sangue de Cristo. Levam túnicas brancas, porque são santos; são santos, porque foram santificados pelo sangue de Cristo.

O esplêndido quadro da primeira leitura insere-nos, portanto, num certo contraste entre as tribulações que enfrentam os cristãos neste mundo e a glória que receberão na eternidade. Com este díptico diante dos olhos, seremos talvez mais capazes de compreender os ensinamentos que ouvimos de Jesus neste dia.

III.

A passagem evangélica proclamada na Missa de Todos os Santos é a das «Bem-aventuranças» segundo São Mateus. O evangelista traça este magnífico cenário: «ao ver as multidões, Jesus subiu ao monte e sentou-Se. Rodearam-No os discípulos e Ele começou a ensiná-los». Ao leitor atento da Sagrada Escritura não escapará a mensagem semiótica desta cena. Ao mesmo tempo que é singela e quase familiar, é solene e magistral. A subida do Senhor ao monte, de onde proferirá um longo discurso (Mt 5-7) – conhecido justamente como «sermão da montanha» – é mimética em relação à subida de Moisés ao monte Sinai, onde este recebe de Deus as tábuas da Lei, com que o Senhor firma a sua aliança com Israel. Mas Jesus, o novo Moisés, é superior ao primeiro e a sua Lei mais perfeita: «Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas levá-los à perfeição» (Mt 5, 17). Com a repetição do binómio «ouvistes o que foi dito: ... Eu, porém, digo-vos:» (Mt 5, 21-22.27-28.33-34.38-39.43-44), Jesus mostra que é mais do que receptor da Lei divina; sentado como mestre e rodeado pelos seus discípulos, Ele ensina «com autoridade» (cf. Mt 7, 29), porque Ele é o próprio autor e legislador.

O primeiro ensinamento de Jesus neste seu discurso é, então, relativo às «bem-aventuranças». A palavra original grega que corresponde a «bem-aventurados» é «*makáριοι*», que se poderia simplesmente traduzir por «felizes». Contudo, é útil o uso das expressões «bem-aventurados» e «bem-aventuranças» (em latim, «*beatí*», «*beatitudines*») para sublinhar a natureza divina desta felicidade.

Com efeito, o grego dispunha também da palavra «*eudaímones*», adjectivo para o substantivo «*eudaimonía*» («felicidade») cuja etimologia remete para a ideia antiga de um «*daímōn*», espírito favorável. Trata-se de um termo mais integrado, por exemplo, na filosofia aristotélica. Mas esse vocábulo é preterido pelo evangelista. Não podemos estabelecer, com toda a certeza, a intenção no uso de *makáριοι*. Mas podemos aventar que seria mais conveniente porque, por um lado, os hagiógrafos usarão o termo «*daímōnion*» para se referir aos espíritos impuros que se opõem a Deus, o que pode tornar equívoco esse étimo; por outro lado, porque a semântica de «*eudaimonía*» (substantivo) se encaminhou mais num sentido de felicidade resultante do florescimento humano, do aperfeiçoamento das virtudes, da conquista da própria prosperidade.

Ora, as «bem-aventuranças» de Cristo são, precisamente, a proclamação de uma felicidade garantida por Deus, pesem embora as adversidades e contradições. Jesus estabelece uma oposição entre uma realidade presente e uma outra como posterior, realçada até pela conjugação no futuro, com excepção da primeira e da última bem-aventurança: «Bem-aventurados os [que *são*] humildes, porque *possuirão* a terra. Bem-aventurados os que *choram*, porque *serão consolados*. Bem-aventurados os que *têm* fome e sede de justiça, porque *serão saciados*. Etc.» E esta perícope evangélica concluía mesmo com a garantia de que «é grande *nos Céus* a vossa recompensa». Recordemos o que dizia o Ancião a São João na primeira leitura, na perspectiva da eternidade: os que são vistos de pé, com túnicas brancas e de palmas na mão, «vieram da grande tribulação», mas estão agora «diante do trono de Deus e do Cordeiro».

Se compararmos com a versão lucana das bem-aventuranças (Lc 6, 20-26), o contraste ainda é mais evidente. Neste trecho, o Senhor bendiz os discípulos com quatro bem-aventuranças, e depois prossegue com quatro imprecações que se lhes opõem: «Mas ai de vós, os ricos, porque recebestes a vossa consolação! Ai de vós, os que agora estais fartos, porque haveis de ter fome! Ai de vós, os que agora rides, porque gemereis e

chorareis! Ai de vós, quando todos disserem bem de vós!» (vv. 24-26). Os que põem a sua felicidade no *agora* das riquezas, da abundância, dos prazeres ou da boa fama, ficarão sem nada, porque já receberam os bens que procuravam – os quais são, por si mesmos, caducos. Mas os que põem a sua felicidade em Deus, embora só a vivam em plenitude nos Céus, podem já considerar-se bem-aventurados, mesmo que vivam presentemente as tribulações deste mundo. É pertinente recordar as palavras de São Paulo: «De agora em diante, os que têm mulher, vivam como se não a tivessem; os que choram, como se não chorassem; os que se alegram, como se não se alegrassem; os que compram, como se não possuíssem; os que usam deste mundo, como se não o usufruíssem plenamente. Porque este mundo de aparências está a terminar» (1Cor 7, 29-31).

Devemos notar que esta concepção em nada se opõe ao florescimento e ao aperfeiçoamento da vida humana, como se fosse incompatível com a felicidade cristã; antes, faz-se notar o primado de Deus, único que pode oferecer uma bem-aventurança definitiva.

De facto, é iniludível que a felicidade cristã não se pode cumprir neste mundo de modo perfeito. Contudo, não se conclui que não se experimente desde já; o imperativo que Jesus usa aplica-se ao presente, com a esperança da eternidade: «Alegrai-vos e exultai, porque é grande nos Céus a vossa recompensa.»

Por isso também lemos na segunda leitura: «Caríssimos, *agora* somos filhos de Deus e ainda não se manifestou o que havemos de ser.» Já consagrados com a filiação divina, caminhamos na esperança que temos em Deus; vivendo segundo as bem-aventuranças, purificamo-nos até à altura em que se manifestar a plenitude do que havemos de ser, em que «seremos semelhantes a Deus, porque O veremos tal como Ele é».

Possa a intercessão de todos os santos que já reinam com Cristo levar-nos à mesma bem-aventurança eterna do Céu, onde essa incontável multidão nos espera.